

III PÓS-GRADUAÇÃO EM ARBITRAGEM

PLANO DE ESTUDOS

1º MÓDULO

6 horas – 6 e 8 de Janeiro 2010

Profª Mariana França Gouveia

Dr. José Vasconcelos e Sousa

1. A ARBITRAGEM E RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS – 0,5 unidades de crédito

1.1. Os meios de resolução alternativa de conflitos (RAL)

1.1.1. O desenvolvimento dos RAL: fundamento e impacto económico.

1.1.2. A negociação (breve introdução, análise dos esquemas de negociação e das principais escolas de negociação, vantagens e desvantagens, especificidades na resolução de disputas comerciais).

1.1.3. A mediação e a conciliação (breve introdução, vantagens e desvantagens, análise do seu crescimento, distinção de figuras afins).

1.1.4. A arbitragem (noção introdutória, fundamento jurídico e económico, relação com a globalização e crescimento da economia mundial, vantagens e desvantagens, distinção de figuras afins).

1.1.5 Outros métodos de resolução de conflitos (a perícia contratual vinculante, a prevenção de disputas (*dispute avoidance*), Mediação/Arbitragem).

1.2. Os meios RAL como instrumentos ao dispor das partes

2º MÓDULO

9 horas – 13, 15 e 20 de Janeiro 2010

Mestre Armindo Ribeiro Mendes

Dr. Miguel Galvão Teles

Dr. António Vieira da Silva

2. INTRODUÇÃO À ARBITRAGEM – 1,5 unidades de crédito

2.1 Aprofundamento dos temas identificados em 1.1.4 supra. Características. Arbitragem necessária e arbitragem voluntária.

2.2 Noção e natureza jurídica da arbitragem voluntária.

2.3. Arbitragem doméstica e arbitragem internacional. Crescimento, principais diferenças e fundamentos jurídicos. Análise das suas vantagens e desvantagens específicas.

2.4. Aspectos constitucionais da arbitragem

2.5. Arbitragem *ad hoc* e arbitragem institucional. Análise comparativa das duas vantagens e desvantagens. Características, dificuldades práticas.

2.4.1. Recurso à arbitragem e riscos inerentes.

2.4.2. A arbitragem *ad hoc* e a arbitragem institucional em Portugal.

2.6 Arbitragem Institucional.

2.6.1 Características. Identificação e breve análise dos principais centros de arbitragem internacionais e nacionais.

- 2.6.2. Considerações práticas (custos, estrutura, flexibilidade processual, etc).
- 2.6.3. Enquadramento normativo. A relação entre a lei processual aplicável e o regulamento de arbitragem escolhido pelas partes.
- 2.6.4. O desenvolvimento da arbitragem institucional em Portugal.

3º MÓDULO

12 horas – 22, 27 e 29 Janeiro e 3 Fevereiro 2010

Prof. Doutor Carlos Ferreira de Almeida

Dr. Luís Cortes Martins assistido pelo Dr. António Andrade de Matos

3. A CONVENÇÃO ARBITRAL – 2 unidades de crédito

- 3.1. Noção e importância.
- 3.2. Espécies: cláusula compromissória e compromisso arbitral.
- 3.3. Requisitos formais e substanciais de validade da convenção arbitral.
 - 3.3.1. De acordo com os critérios da lei Portuguesa.
 - 3.3.2. De acordo com a Convenção de Nova Iorque de 1958.
- 3.4. A determinação da arbitrabilidade dos litígios (exemplos: direitos do consumidor, valores mobiliários, direitos de autor e direitos conexos, direito da concorrência).
- 3.5. Eficácia da convenção arbitral (efeito positivo e negativo).
- 3.6. A convenção arbitral patológica.
- 3.7. Autonomia da cláusula arbitral.
- 3.8. A lei aplicável à convenção arbitral.
- 3.9. A “competência sobre a competência” do tribunal arbitral (o princípio *Kompetenz-kompetenz*).
- 3.10. A extensão *ratione materiae* da convenção arbitral a outros litígios (que não aqueles directamente visados).
- 3.11. A extensão *ratione personae* da convenção arbitral a outras partes (além daquelas que a subscreveram).
- 3.12. A aplicabilidade da convenção arbitral contida noutro documento.

4º MÓDULO

6 horas – 10 e 12 de Fevereiro 2010

Dr. José Miguel Júdice assistido pela Dra. Sofia Ribeiro Mendes

4. O TRIBUNAL ARBITRAL E O ESTATUTO DO ÁRBITRO – 0,5 unidades de crédito

- 4.1. Modos de designação e possíveis dificuldades.
- 4.2. A dimensão estratégica da escolha dos árbitros: considerações de natureza prática e de estratégia processual.
- 4.3. A intervenção dos tribunais estaduais no momento da constituição do tribunal arbitral.
- 4.4. Direitos e deveres do árbitro.
- 4.5. Os conceitos de independência e imparcialidade.
- 4.6. O estatuto do árbitro
 - 4.6.1. Impedimentos e causas de recusa.
 - 4.6.2. Substituição de árbitros designados.
 - 4.6.3. Responsabilidade dos árbitros e das instituições arbitrais.

5º MÓDULO

6 horas – 22 e 24 de Fevereiro 2010

Prof. Doutora Maria Helena Brito

5. DA LEI APLICÁVEL – 0,5 unidades de crédito

- 5.1. A lei aplicável ao processo arbitral.
- 5.2. Modos de determinação da lei substantiva aplicável. O problema da norma imperativa nacional e estrangeira. Os limites impostos pela ordem pública.

- 5.3. A *lex mercatoria* e os usos do comércio internacional
- 5.4. Critérios de decisão da questão de fundo: o direito, a decisão baseada na equidade e a composição amigável do litígio (*amiable composition*).

6º MÓDULO

15 horas – 3, 5, 10, 12 e 17 de Março 2010

Prof. Doutor José Lebre de Freitas e Prof. Doutora Mariana França Gouveia – 3, 5 e 10 de Março
Dr. Daniel Proença de Carvalho, Dr. Manuel Cavaleiro Brandão e Dr. Tito Arantes Fontes, assistidos
pelo Dr. Miguel Almada, Dr. Nuno Ferreira de Lousa, Dr. Pedro Metello de Nápoles e Dr. Bernardo
Reis – 12 e 17 de Março

6. O PROCESSO ARBITRAL – 2,5 unidades de crédito

- 6.1. Início da arbitragem e passos processuais.
- 6.2. A autonomia do processo arbitral. Importância dos acordos e das decisões processuais.
- 6.3. Princípios fundamentais e imperativos no processo arbitral.
- 6.4. A produção de prova na arbitragem doméstica e internacional.

7º MÓDULO

6 horas – 24 e 26 de Março de 2010

Prof. Doutora Paula Costa e Silva
Dr. Miguel Pinto Cardoso, assistido pelo Dr. João Pimentel

7. MEDIDAS CAUTELARES E A ARBITRAGEM – 0,5 unidades de crédito

- 7.1. Das medidas cautelares decretadas pelos tribunais estaduais antes e depois da constituição do tribunal arbitral à luz do direito português. Comparação com a Lei Modelo da UNCITRAL e com lei arbitral da Suíça, Inglaterra, França Holanda, EUA, Espanha, Brasil e Angola.
- 7.2. Medidas cautelares decretadas pelo tribunal arbitral. Análise comparativa de leis nacionais e regulamentos de arbitragem.
- 7.3. *Anti-suit injunctions* (acordos de preclusão jurisdicional?) e *anti-suit injunctions* (acordos de exclusão da preclusão jurisdicional?). Da sua admissibilidade no direito português e estrangeiro.

8º MÓDULO

6 horas – 14 e 16 de Abril

Dr. António Sampaio Caramelo

8. AS “ARBITRAGENS COMPLEXAS” – 0,5 unidades de crédito

- 8.1. Arbitragens com pluralidade de partes (*multi-party arbitrations*).
- 8.2. Arbitragens relativas a múltiplos contratos (*multi-contract arbitrations*).
- 8.3. A intervenção de terceiros na arbitragem (*joinder and intervention of third parties in arbitral proceedings*).
- 8.4. Apensação de processos arbitrais (*consolidation of arbitral proceedings*).

9º MÓDULO

12 horas – 21, 23, 28 e 30 de Abril

Prof. Doutora Mariana França Gouveia
Dr. António Pinto Leite, assistido pela Dra. Carla Borges

9. A DECISÃO ARBITRAL – 2 unidades de crédito

- 9.1. Tipos de decisão arbitral. O problema das decisões arbitrais por acordo das partes.
- 9.2. Forma e conteúdo.
- 9.3. Meios de impugnação da decisão arbitral.
- 9.4. Reconhecimento e execução da decisão arbitral. Lei internacional e análise comparativa da lei nacional.

9.5. A litispendência e o caso julgado na arbitragem internacional

10º MÓDULO

15 horas – 5, 7, 12, 14 e 19 de Maio de 2010

Prof. Doutor Luis de Lima Pinheiro

Prof. Doutor João Bosco Lee e Dr. José Emílio Nunes Pinto, Dr. John Beechey e Dr. José António Cainzos, assistidos pelo Dr. Luis Cláudio Aboim e pela *Dra. Tânia Cascais*

10. ESPECIFICIDADE DO REGIME DA ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL – 2,5 unidades de crédito

10.1. Comparação de regimes e de tramitação nas arbitragens institucionais (ex. regulamento da CCI) e em arbitragens *ad hoc* (ex. regulamento da Uncitral/Cnudci).

10.2. Análise comparativa de leis nacionais.

10.3. A ordem pública na arbitragem internacional: diferentes níveis e âmbito.

10.4. Reconhecimento e execução das decisões arbitrais. A Convenção de Nova Iorque de 1958 e a Convenção de Genebra de 1961.

11º MÓDULO

3 horas – 21 de Maio 2010

Dr. Filipe Alfaiate

11. OS MECANISMOS DE PROTECÇÃO DOS INVESTIMENTOS NO ESTRANGEIRO, EM ESPECIAL A ARBITRAGEM CIRDI – 0,5 unidades de crédito

11.1. As principais protecções existentes no direito internacional contemporâneo ao dispor dos investidores estrangeiros. Seu desenvolvimento recente. Análise da sua importância no actual contexto económico internacional.

11.2. Convenção de Washington e o Centro de Resolução de disputas respeitantes ao investimento Internacional. Princípios estruturantes e principais características. Fundamento para competência do CIRDI (consentimento). Principais singularidades da Arbitragem CIRDI.

11.3. Os Acordos de Promoção e Protecção Recíproca de Investimento Internacional. Origem, desenvolvimento. O seu papel na redução do risco de interferência política em países emergentes. Análise dos seus standards de protecção (tratamento justo e equitativo, proibição de expropriação sem justa compensação, proibição de tratamento discriminatório, livre transferência de resultados, cláusula da nação mais favorável, garantia de segurança, ‘umbrella clauses’ entre outros). O sistema de resolução de disputas típicos à maioria dos APPIS e análise de alguma das suas especificidades (“fork in the road”, “cooling off period”, etc).

11.4. Análise dos mecanismos internacionais a que os investidores portugueses no estrangeiro podem recorrer. Análise da situação dos investidores estrangeiros em Portugal. Os APPIS *celebrados por Portugal*.

12º Módulo

6 h – 26 e 28 de Maio 2010

Prof. Doutor João Caupers

Dr. José Luís Esquível

12. ESPECIFICIDADES DA ARBITRAGEM NO DIREITO PÚBLICO – 0,5 unidades de crédito

12.1. Admissibilidade do recurso à arbitragem.

12.2. Âmbito material dos litígios susceptíveis de resolução por via arbitral

12.2.1. Arbitragem *ad hoc*

12.2.2. Arbitragem institucional – centros de arbitragem

- 12.2.3. Exclusão de âmbito.
- 12.3. Competência para a outorga do compromisso arbitral.
- 12.4. O direito à outorga do compromisso arbitral – natureza e efeitos do seu exercício.
- 12.5. Constituição e funcionamento do tribunal arbitral.
- 12.6. A decisão arbitral
- 12.7. Contencioso da decisão arbitral.

13º Módulo

6h – 16 e 18 de Junho de 2010

Dr. Manuel Barrocas, Dr. Rui Botica Santos, Dr. Agostinho Pereira de Miranda e Prof. Doutora Mariana França Gouveia

13. SEMINÁRIOS SOBRE APLICAÇÕES ESPECÍFICAS DA ARBITRAGEM – 0,5 unidades de crédito

- 13.1. A Arbitragem de empreitadas de construção
- 13.2. A Arbitragem desportiva
- 13.3. A arbitragem de energia
- 13.4. A arbitragem na acção executiva

Exame final – 2 de Julho de 2010

Entrega do trabalho escrito – 1 de Outubro de 2010

Lisboa, 4 de Novembro de 2009